



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0010837-80.2014.8.26.0566**
Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material**
Requerente: **ALEXANDRE JOSÉ DOS SANTOS**
Requerido: **ITAÚ UNIBANCO S/A**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O .

Trata-se de ação em que o autor alegou ter recebido mensagem SMS supostamente da empresa Claro S/A dando conta de que teria ganho em sorteio R\$ 20.000,00.

Alegou ainda que na sequência ligou para telefone que lhe foi indicado e passou a seguir instruções, dirigindo-se a uma agência bancária e digitando diversos números, mas depois tomou conhecimento de que fora vítima de um golpe ao transferir R\$ 1.299,88 para terceira pessoa.

Salientou que de imediato ligou para o réu a fim de suspender a transferência, mas aquela quantia não lhe foi devolvida.

É incontroversa a dinâmica fática do episódio trazido à colação, transparecendo certo que o autor foi efetivamente vítima de um golpe.

A responsabilidade do réu estaria ligada à falta de providências para bloquear a transferência levada a cabo pelo autor, mas pelo que extraio dos autos isso não sucedeu.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Na verdade, a mídia depositada em cartório (fl. 13) deixa claro que no contato havido entre o autor e um funcionário do réu foi definido o bloqueio das contas dele próprio e da pessoa que teria recebido o montante objeto da transferência e que em seguida o mesmo deveria dirigir-se pessoalmente à agência bancária munido de um BO para buscar a solução do problema.

Todavia, o funcionário do réu expressamente disse ao autor que tal procedimento poderia evitar a consumação da transferência desde que o beneficiário ainda não tivesse sacado o valor.

Isso significou, por outras palavras, que com a realização da transferência era possível o saque da importância, de sorte que o posterior bloqueio das contas não teria o condão de evitar o dano já implementado.

O quadro delineado denota que o réu não obrou com desídia ou negligência, mas lançou mão das alternativas de que dispunha para que o autor não experimentasse prejuízo.

Este, porém, já se consumara, infelizmente para o autor.

Bem por isso, à míngua de demonstração de falha do réu na prestação dos serviços a seu cargo, não prospera a pretensão deduzida.

Isto posto, **JULGO IMPROCEDENTE** a ação, mas deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 06 de fevereiro de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**